

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.286.144 - RS
(2018/0099925-1)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : VIAÇÃO MONTENEGRO S/A
ADVOGADOS : DARCI NORTE REBELO - RS002437
DARCI NORTE REBELO JR E OUTRO(S) - RS055242
EMBARGADO : SOCIEDADE DE ÔNIBUS CAPIVARENSE LTDA
ADVOGADO : LUCAS BENEDETTI DA MOTTA E OUTRO(S) - RS078576

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração no agravo em recurso especial interposto por VIAÇÃO MONTENEGRO S/A contra decisão monocrática de minha lavra assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO LEGAL DE 15 DIAS. INTEMPESTIVIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EVENTUAL SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE FORENSE OU DE FERIADO LOCAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

Nas razões deste recurso, a embargante afirma que a decisão seria omissa e conteria erro material. Assevera que a decisão seria omissa quanto à documentação apresentada pertinente aos "*feriados forenses intercorrentes no Tribunal de origem*", apontando que "*No rodapé da petição de agravo, e-STJ fls. 2284, a Embargante, no ato de interposição do agravo, fez expressa menção ao Anexo em que o ato n. 03/2018 que ali se contém, na íntegra [CPC, art. 216]*".

É o relatório.

Passo a decidir.

Os embargos devem ser acolhidos.

Efetivamente, há erro material na decisão embargada, pois parte da equivocada premissa de que a tempestividade do agravo em recurso especial não teria sido comprovada, por meio de documento idôneo, no momento de sua

interposição. Como bem aponta, a embargante, às e-STJ fls. 2.301, foi juntado o Ato nº 03/2017 do Órgão Especial do Tribunal de origem, que comprova não ter havido expediente nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2018, o que basta para se aferir a tempestividade do agravo em recurso especial.

Assim, procedo à análise do recurso especial, pois as razões apresentadas no agravo são suficientes para fazê-lo.

Nas razões deste apelo, a recorrente alega violação aos artigos 402 e 403 do Código Civil, aos artigos 489, inciso III, § 1º, inciso IV, 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º do Código de Processo Civil de 2015, aos artigos 145, § 1º, 372, 435, 452, inciso I, e 458, inciso III, do Código de Processo Civil de 1973 e aos artigos 25, alínea "c", e 26 do Decreto-lei 9.295/46.

Sustenta que, ante a imprescindibilidade do agravo interno para que se possa obter decisão colegiada e assim submeter a questão à apreciação dos Tribunais Superiores, *"apenas agravos internos manifestamente protelatórios é que ocasionarão a incidência da multa e que a utilização do recurso para fins de exaurimento das instâncias ordinárias jamais será sancionada"*. Acrescenta que assim como a multa aplicada em virtude da interposição do agravo interno, também é indevida a *"aplicação de multa nos embargos declaratórios"*, ante a *"insistência da 15ª. CC em (sic) examinar prova documental dos autos que alterariam as conclusões do Laudo pericial"*. Entende que *"só excepcionalmente a parte pode ser sancionada com multa por interpor recurso sem o qual não tem como levar aos tribunais superiores o tema em debate"*.

Assevera que o indeferimento da audiência *"para inquirição do perito constitui um grave impedimento ao exercício do direito à ampla defesa por parte da Recorrente"*, explicando que não há que se falar em preclusão quanto a este ponto, pois, tendo interposto *"agravo retido que foi devidamente em primeiro grau"*, *"a manifestação antipreclusiva estava assegurada"*. Entende que *"se o tema foi submetido ao Tribunal na petição de recurso, embora registrado no primeiro grau como agravo retido, a nulidade tem de ser*

conhecida sob pena de sobrepor regras legais aos superiores valores constitucionais". Afirma que o Tribunal de origem não poderia "sair por um non liquet, sem examinar o mérito como preliminar de nulidade da sentença do primeiro grau. Pode fazê-lo mesmo que não o faça a título de agravo mas a título de grave violação do direito de defesa, numa ação em que se discute um escandaloso erro material do Perito que provocou a condenação de treze milhões de reais".

Assevera que *"O exercício da função pericial contábil é atribuição privativa do Bacharel em Ciências Contábeis, desde o Decreto-Lei nº 9.295 de maio de 1946, que organizou a profissão contábil e definiu atribuições em relação à competência",* motivo pelo qual deve ser declarada a nulidade da perícia realizada, argumentando que esta tratando-se de questão de ordem pública, pode ser apreciada de ofício.

Afirma que *"o juiz está obrigado a resolver as questões que as partes lhe submeterem, 'não se considerando fundamentada a decisão judicial se a decisão 'não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador",* enfatizando que *"o Parecer Técnico Contábil de um perito da autoridade de Artur Lavies sequer foi citado, comentado, criticado, apesar da insistência deste em demonstrar a ocorrência de erro material".*

Discorre sobre a diferença entre lucro cessante e faturamento cessante, concluindo que o *"montante a ser pago para fins de indenização é resultado da subtração, do montante da receita, dos custos habituais da empresa".* Acrescenta que *"o critério do faturamento cessante conduz inevitavelmente a um enriquecimento ilícito do vencedor da ação".* Aponta que *"o Laudo oficial registrava tanto o lucro cessante, no montante de R\$866.576,79",* como *"o faturamento cessante de R\$13.109.364,00",* de modo que *"acolher o laudo, implicava ter dois critérios à disposição do julgador. Ele teria de justificar porque elegeu um deles em desfavor do outro".*

As razões veiculadas pela agravante mostram-se relevantes, exigindo,

assim, uma análise mais profunda.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para, reconhecendo a tempestividade de recurso anteriormente interposto, determinar a sua reautuação como recurso especial a fim de permitir um melhor exame da controvérsia.

Após a regularização do novo registro, voltem conclusos para julgamento do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator